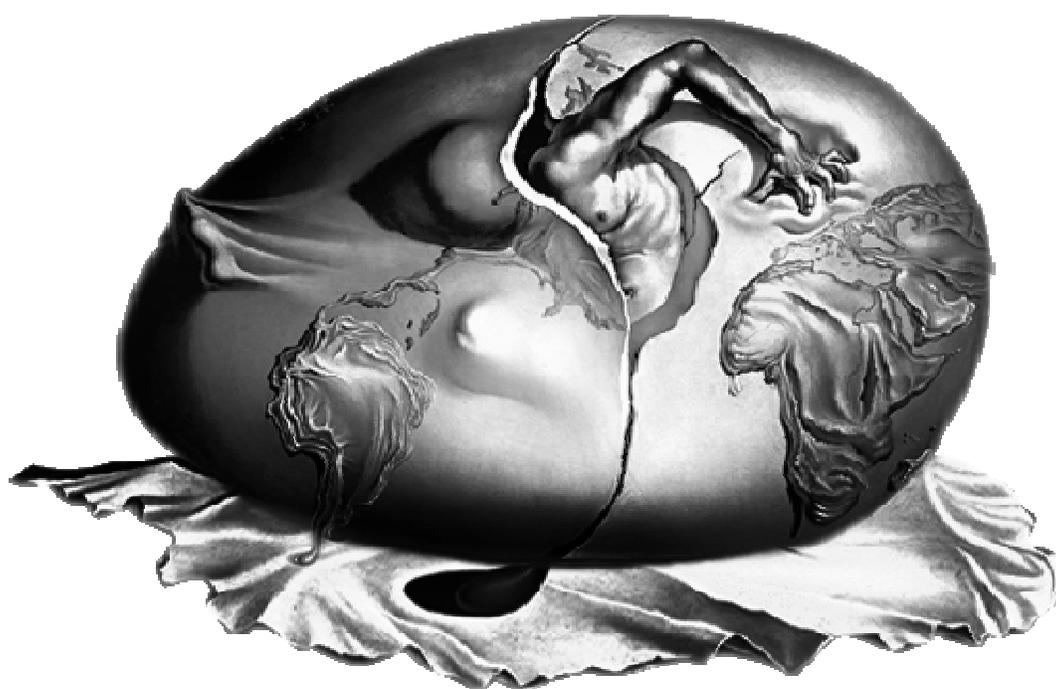


BOLETIM *PRESENÇA*

ANO I, nº 02, 1994



UNIR

A UTOPIA DA GESTÃO AMBIENTAL

DORISVALDER DIAS NUNES*

Resumo :

As justificativas para o fracasso no gerenciamento ambiental sempre recai na falta de recursos. Talvez. No entanto, em se tratando de Rondônia, os recursos para proteção das reservas estava incluído no Polo de desenvolvimento do Noroeste do Brasil-POLONOROESTE e que, segundo FEARNSIDE, "...foram alocados recursos até para o patrulhamento das reservas por helicópteros." (FEARNSIDE, 1985).

Palavras – Chave : Utopia ,Gestão e Ambiental.

Abstract :

The justifications for the failure in the environmental gerenciamento always relapse in the lack of resources. Perhaps. However, in if treating of Rondônia, the resources for protection of the reservations were included in the Pole of development of the Northwest of the Brazil-POLONOROESTE and that, according to FEARNSIDE, " ...foram allocated resources even for the patrolling of the reservations for helicopters ". (FEARNSIDE, 1985)

Word –Key: Utopia ,Gestão and Environmental

Desde o advento do modismo ambientalista, surgido na década de 60, pôde-se verificar o fortalecimento da consciência ecológico-ambiental que a sociedade adquiriu, face a necessidade em obter respostas quanto ao problema da disponibilidade dos recursos naturais. Evidentemente, não havia um reconhecimento sólido, por parte da sociedade como um todo, quanto a relevância da questão. É nesse contexto que surge a "...institucionalização da ação ambiental." (BURSZTYN, 1993).

No Brasil a "...ação do Estado no enfrentamento da questão ambiental remonta, no que diz respeito à criação de instituições específicas, ao início da década de 70 (...) com a criação da SEMA (Secretaria especial do Meio Ambiente)..."(IDEM, IBDEM), ato caracterizado mais por simbolismo do que de efetiva ação e que, a bem da verdade, surgia como uma resposta às discussões travadas na Conferência de Estocolmo, em 1972.

Durante muito tempo as instituições públicas criadas para gestar o meio ambiente (SEMA, CONAMA etc.), vegetaram. Isso, caracterizou a total ineficiência institucional nas ações de gerenciamento nessa conflitante relação "sociedade *versus* natureza".

MARGULIS nos coloca a seguinte questão: Como explicar a ineficiência institucional? Será que é uma questão de limitação de recursos ou ausência de determinação política? Não para responder, mas para suscitar a discussão, lembremo-nos o que mostra VALVERDE ao analisar a situação de Mato Grosso que, embora com 15 guardas para fiscalizar 125 milhões de hectares de Floresta Amazônica, não houve falta de verbas; só para se ter uma idéia, em 1978, somente em desmatamento, o Estado arrecadou 8,5 milhões de cruzeiros. Com base neste quadro, como explicar a deficiência no aparato de fiscalização? (VALVERDE e FREITAS, 1980). Surge ainda, algumas outras indagações: Qual o montante de recursos arrecadado pelos órgãos públicos em multas e impostos ambientais? Onde este dinheiro é aplicado?

Em Rondônia, a situação não é diferente. Durante as décadas de 70 e 80, assistiu-se a um desenfreado processo migratório que, em princípio, parecia controlável, porém a realidade vai mostrar o contrário. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, era o órgão que gestava o processo de assentamento oficial de famílias. Tal processo fugiu ao controle e tivemos uma

ocupação desordenada agravada com a inauguração da rodovia BR-364. As consequências para as áreas de preservação ambiental do Estado foram imediatas. "...É ilustrativo o caso da Reserva Biológica do Guaporé, ao sul de Rondônia. A área de 1,4 milhão de hectares originalmente proposta, segundo mapas publicados pelo banco mundial, foi sucessivamente diminuída (...) primeiro transferiram seu limite sul mais para o norte, a fim de não tocar as já ocupadas terras ao longo do Rio Guaporé, depois encolheram seus limites a leste e oeste para evitar conflitos de terras..." (FEARNSIDE,1985). O resultado foi a diminuição da reserva para 600 mil hectares em 1982.

As justificativas para o fracasso no gerenciamento ambiental sempre recaí na falta de recursos. Talvez. No entanto, em se tratando de Rondônia, os recursos para proteção das reservas estava incluído no Polo de desenvolvimento do Noroeste do Brasil-POLONOROESTE e que, segundo FEARNSIDE, "...foram alocados recursos até para o patrulhamento das reservas por helicópteros." (FEARNSIDE, 1985).

Diante de tantas questões fica claro que não é a falta de recursos o grande empecilho para bem gestar o meio ambiente. Já consideramos o exemplo dos recursos advindos do POLONOROESTE, temos hoje os do PLANAFLORO e ainda não consideramos os recursos de multas e impostos. Assim, será realmente a falta de recursos que determina a má gestão ambiental? Não! Falta a determinação política para que os aspectos ambientais sejam realmente considerados; falta um projeto ambiental mais objetivo do governo, pois não há como entender a disponibilidade de recursos para gerenciar questões de cunho ambiental e ao mesmo tempo, assistirmos passivamente a degradação dos recursos naturais.

Com as explanações acima procuramos **minar** a grande justificativa oficial que é a falta de recursos para o gerenciamento do meio ambiente. Resta-nos a interrogação: A gestão ambiental é uma realidade ou uma utopia?

BIBLIOGRAFIA:

BURSZTYN, M. Estado e Meio Ambiente no Brasil. *In: Para pensar o Desenvolvimento Sustentável*. Brasiliense, SP, 1993.

FEARNSIDE, P. Rondônia: A Farsa das Reservas. *in: Revista Ciência Hoje* 3(17): 90-2. 1985.

MARGULIS, S. A Economia e o Desenvolvimento Sustentado. *In: Análise Ambiental: uma Visão Multidisciplinar*. UNESP/FAPESP, SP. 1991.

VALVERDE, O e FREITAS, T.L.R. O Problema Florestal da Amazônia. Vozes, RJ, 1980.

***Prof. Dpt^o Geografia/UNIR; mestrando em Geografia Física pela Universidade de São Paulo-USP; Membro do Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Sobre o Imaginário Social**